



Programa de Procedimento

CP/11/2022/ICNF/SEDE

Aquisição de serviços para difusão de publicidade institucional, no âmbito da campanha de sensibilização para a redução dos incêndios rurais

Março de 2022

Artigo 1.º

Identificação do procedimento e da entidade adjudicante

1. O presente procedimento por concurso público com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia, termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com a referência CP/11/2022/ICNF/SEDE, tende à aquisição de serviços para difusão de publicidade institucional, no âmbito da campanha de sensibilização para a redução dos incêndios rurais, nos termos mais bem detalhados no caderno de encargos.
2. A entidade adjudicante é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., titular do número de identificação de pessoa coletiva 510342647, com sede na Avenida da República n.º 16 - 16B, 1050-191 LISBOA, cujos contactos são: telefone n.º 213 507 900; endereço eletrónico: geral@icnf.pt.
3. No âmbito da tramitação do procedimento, quaisquer comunicações com a Entidade adjudicante, incluindo a apresentação de requerimentos, deverão ser feitas via plataforma eletrónica de contratação pública ou, no caso de indisponibilidade da mesma, remetidas para o endereço de correio eletrónico: dcl@icnf.pt, devendo ser solicitado recibo de entrega e de leitura sempre que possível.

Artigo 2.º

Órgão competente para a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 38.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, foi o Conselho Diretivo do ICNF, I. P.

Artigo 3.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Para efeitos do artigo 50.º do CCP, o órgão competente para prestar esclarecimentos sobre as peças do concurso é o júri do procedimento.

Artigo 4.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

1. As propostas e todos os documentos que as instruem devem ser submetidos na plataforma eletrónica de contratação pública *AcinGov*, acessível através do endereço www.acingov.com, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, não sendo admitidas propostas entregues por outra via.
2. A apresentação das propostas e dos documentos que as instruem deve observar todas as formalidades definidas na lei, em especial as dispostas na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo todos os documentos ser, designadamente:
 - a) Assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Submetidos no formato *Portable Document Format* (PDF), com exceção do disposto no artigo seguinte;
 - c) Redigidos em Língua Portuguesa, admitindo-se a utilização de termos ou expressões de natureza técnica em Língua Inglesa quando convenientes ou necessários;
 - d) Acompanhados de tradução devidamente legalizada, prevalecendo esta sobre o original, quando um ou alguns dos documentos da proposta só puderem ser entregues em língua estrangeira.

3. Todos os preços devem ser apresentados em algarismos, arredondados às centésimas, não devendo incluir o valor do IVA; em caso de dúvida, entender-se-á que os preços propostos não incluem o valor do IVA.
4. Quando os preços, global ou unitários, sejam apresentados com mais do que duas casas decimais, o arredondamento é feito por excesso ou por defeito consoante a milésima seja igual ou superior a cinco ou inferior a cinco.

Artigo 5.º

Documentos que instruem a proposta

1. A proposta é obrigatoriamente instruída com os seguintes documentos, devidamente assinados nos termos do artigo anterior:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro, preenchido eletronicamente¹;
 - b) Documento conforme o modelo constante do anexo I do presente programa, contendo todos os atributos da proposta;
 - c) Documentos exigidos nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP:
 - i) Documento conforme o modelo constante do anexo II do presente programa, apresentado em formato XLS;
 - ii) Documento contendo o planeamento da campanha projetado, com a distribuição dos vários *spots* publicitários por cada um dos meios, faixas horárias ou periodicidade e órgãos de comunicação social difusores;
 - iii) Documento contendo o detalhe orçamental da campanha, discriminado por tipo de meios.
2. Para efeitos da alínea a) do n.º 2 da cláusula anterior, **quando o certificado de assinatura eletrónica aposto nos documentos da proposta ou utilizado na submissão da mesma não permita aferir as funções e os poderes de representação do respetivo titular, devem ser instruídos os documentos que os comprovem inequivocamente.**
3. Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros.
4. Caso a proposta apresentada preveja a subcontratação de uma ou mais prestações objeto do contrato a celebrar, devem ser detalhadas as prestações a executar por esse ou esses terceiros, nominados sempre que possível, assim como a correspondente percentagem do preço global proposto.

Artigo 6.º

Critério de adjudicação

A adjudicação será feita de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, conforme o modelo de avaliação constante do anexo III.

Artigo 7.º

Prazo de manutenção das propostas

1. O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, considerando-se o mesmo sucessivamente renovado por igual período quando os concorrentes não se insurgirem contra essa renovação até ao último dia do período vigente.

¹ Poderá ser acedido o seguinte sítio da *Internet* para o efeito: <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>. Em caso de indisponibilidade, podem ser utilizadas as alternativas indicadas neste endereço: https://ec.europa.eu/growth/single-market/public-procurement/digital/espdl_en.

2. Ter-se-á por não escrita a declaração na proposta de um prazo inferior ao previsto no número anterior.

Artigo 8.º

Habilitação e confirmação de compromissos

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo máximo de dez a contar da data da notificação da adjudicação:
 - a) Declaração a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b) Declaração conforme o modelo constante do anexo IV;
 - c) Documentos comprovativos, ou disponibilização dos meios de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - d) No caso de agência de publicidade, demonstração do cumprimento dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 5.º da lei n.º 95/2015, de 17 de agosto;
 - e) No caso de pessoa coletiva:
 - i) Prova do cumprimento das obrigações declarativas no âmbito do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou código de consulta *online*;
 - ii) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou a disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*.
2. No mesmo prazo referido no número anterior, o adjudicatário deverá confirmar os compromissos assumidos por terceiros relativamente a qualquer aspeto de execução do contrato constante da sua proposta, devendo ser anexados os documentos indicados nas alíneas *b)* a *d)* do número anterior respeitantes a esse terceiro.
3. Sem prejuízo dos prazos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 86.º do CCP, poderá ser determinada a entrega de documentos em falta ou cuja validade se encontre expirada, sendo concedido ao adjudicatário um prazo máximo de 24 horas para o efeito.
4. A pedido fundamentado do adjudicatário, poderão ser prorrogados os prazos de entrega dos documentos de habilitação e ou confirmação de compromissos.
5. Conjuntamente com os documentos de habilitação e eventuais confirmações de compromissos de terceiros, o adjudicatário apresenta em documento autónomo as seguintes indicações e anexos:
 - a) O endereço de correio eletrónico para efeitos de remessa de quaisquer comunicações no âmbito da execução do contrato e o ponto de contacto, nos termos da alínea *o)* do n.º 1 da cláusula 7.ª do caderno de encargos;
 - b) O endereço de correio eletrónico para efeitos de remessa do contrato para efeitos de assinatura;
 - c) O(s) nome(s) e a(s) qualidade(s) do(s) titular(es) do(s) certificado(s) de assinatura eletrónica que será(ão) apostado(s) no contrato;
 - d) Documentos necessários à comprovação dos poderes de representação, nos termos da alínea anterior, e sempre que, do processo administrativo do procedimento ou do certificado de assinatura eletrónica, tais poderes não sejam verificáveis.

Artigo 9.º

Prestação de caução

1. Quando o preço contratual for superior a 500.000,00 €, o adjudicatário prestará uma caução destinada a garantir a celebração e a boa execução do contrato, no valor de 3,50% do preço contratual, nos termos e modos admitidos pelo artigo 90.º do CCP.

2. O instrumento de caucionamento do contrato deverá ser entregue no prazo de 10 dias a contar da notificação da adjudicação, devendo o adjudicatário:
 - a) Remeter cópia digitalizada do mesmo até ao término daquele prazo, via plataforma eletrónica onde corre termos o procedimento;
 - b) Remeter o original, através de correio registado, para a sede da Entidade adjudicante até ao primeiro dia subsequente ao término do prazo antes referido.
3. Os modelos a observar são os que constam no anexo VI.

Artigo 10.º

Disposições finais

1. Não há lugar a negociação de propostas ou leilão eletrónico, nem são admitidas propostas variantes.
2. O preço base foi fixado com base em procedimentos pré-contratuais similares, nos anos 2019, 2020 e 2021, atualizado para o ano de 2022.
3. Quaisquer encargos inerentes à redução a escrito do contrato são da responsabilidade do adjudicatário, incluindo as resultantes de quaisquer autorizações e vistos.
4. No caso de a adjudicação recair sobre a proposta de um agrupamento concorrente, todos os membros do mesmo, e apenas esses, deverão associar-se na modalidade de consórcio externo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo fazer prova dessa associação até 10 dias após a comunicação da adjudicação.

Anexo I – Modelo de declaração
(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º)

Proposta de atributos

[nome], na qualidade de representante legal de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação fiscal e sede; no caso de agrupamento, identificar todos os membros], concorrente no procedimento com a referência CP/11/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para difusão de publicidade institucional, no âmbito da campanha de sensibilização para a redução dos incêndios rurais, tendo tomado perfeito e integral conhecimento do conteúdo do caderno de encargos do referido procedimento, o qual aceita sem reservas, declara que se obriga a executar o contrato de acordo com os atributos abaixo indicados:

1. Preço global (€): [algarismos, arredondado à centésima].
2. Número total de *spots* televisivos: [algarismos].
3. Percentagem de *spots* televisivos em canais *free-to-air*: [algarismos, arredondado à décima de milésima].
4. Percentagem de *spots* televisivos em *prime time*: [algarismos, arredondado à décima de milésima].
5. Número total de *spots* em rádios nacionais: [algarismos].

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo II – Modelo de declaração
(a que se refere a subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º)

Conferir o editável em formato XLS.

Anexo III – Modelo de avaliação das propostas

A. Para efeitos de avaliação e ordenação das propostas, observar-se-ão os fatores e respetivos coeficientes de ponderação abaixo indicados.

B. A pontuação global de cada proposta, arredondada à centésima, resultará da soma das pontuações obtidas em cada um dos fatores multiplicadas pelos respetivos coeficientes de ponderação.

C. No caso de empate na avaliação de propostas, o desempate será feito com recurso à pontuação mais elevada não ponderada em cada um dos fatores de avaliação, e respetivos subfactores, de forma decrescente pelo coeficiente de ponderação.

D. Se ainda assim o empate entre propostas persistir relativamente à ordenação em primeiro lugar, realizar-se-á um sorteio para ordenação das propostas nessa circunstância, nos seguintes termos:

a) O sorteio é do tipo «sorteio de dados», observando-se as seguintes regras:

- i) Utiliza-se um único dado, numerado de 1 a 6 de forma inequívoca, um copo e uma caixa, que podem ser inspecionados pelos representantes dos concorrentes antes do início do sorteio;
- ii) Cada concorrente em situação de empate tem direito a fazer um lance de dado, devendo os seus representantes realizá-lo da seguinte forma: i) o dado é colocado dentro do copo, através do qual o lance do dado tem de ser feito para dentro da caixa; ii) o lance do mesmo não pode ser feito de forma manifestamente viciadora da finalidade do sorteio (pontuação por «sorte ou azar»);
- iii) O concorrente obtém a pontuação correspondente ao número da face do dado, uma vez inerte, que se encontrar virada para cima;
- iv) Caso o dado fique inerte em posição que não permita identificar de forma inequívoca qual a face virada para cima, o concorrente repete o lance;
- v) A seriação da ordem pela qual os concorrentes procederão ao seu lance é feita alfabeticamente por referência à sua firma²;
- vi) A ordenação entre concorrentes é feita por referência à pontuação mais alta obtida no lance de dados; em caso de empate entre concorrentes, devem repetir-se os lances dos concorrentes nessa situação;

b) O sorteio decorre em sessão conjunta com todos os concorrentes, e apenas terá lugar decorrida a fase de análise de propostas, concedidos os respetivos prazos de audiência prévia no que respeita à admissão e exclusão de propostas, verificação e fixação de todos os atributos das mesmas e respetiva aplicação dos restantes critérios de desempate;

c) Todos os concorrentes são convocados para comparecer em local, data e hora determinados pela Entidade adjudicante com uma antecedência mínima de dois dias úteis;

d) Os representantes dos concorrentes, num máximo de duas pessoas, devem estar munidos de instrumentos de mandato explícitos no seu âmbito, devidamente assinados, devendo resultar dos mesmos declaração de não repúdio dos resultados do sorteio; o modelo de instrumento de mandato pode ser determinado pela Entidade adjudicante;

² Não conferindo este critério de seriação qualquer vantagem ou desvantagem para o concorrente seriado em qualquer posição possível.

- e) A sessão inicia-se quando todos os representantes dos concorrentes e da Entidade adjudicante se encontrarem presentes, sendo respeitada uma tolerância de 15 minutos sobre a hora determinada para o início da sessão, finda a qual a mesma principia independentemente da não comparência de um ou alguns dos representantes dos concorrentes.
- f) Da sessão é lavrada ata, a ser assinada pelos representantes dos concorrentes e da Entidade adjudicante.

E. Avaliação:

a. Os fatores de avaliação e ordenação de propostas são os seguintes:

Fator	Descritivo	Ponderação
1	Preço global	20%
2	Qualidade da proposta	80%

b. Fatores de avaliação:

1. Fator 1 – Preço global [coeficiente de ponderação: 20%]

Avalia o preço global da proposta. A pontuação neste fator será obtida através da seguinte expressão matemática, arredondada à centésima:

$$PF = 1 - (PG/PB)$$

Em que:

PF corresponde à pontuação no fator 1;

PG corresponde ao preço global proposto;

PB corresponde ao preço base.

2. Fator 2 – Qualidade da proposta [coeficiente de ponderação: 80%]

Avalia a qualidade da proposta em relação a aspetos centrais da distribuição de *spots* publicitários. A pontuação da proposta neste fator, arredondada à centésima, resultará da soma das pontuações obtidas em cada um dos subfatores multiplicadas pelos respetivos coeficientes de ponderação, igualmente arredondadas à centésima, conforme abaixo:

Subfator 2.A – Número total de *spots* televisivos [coeficiente de ponderação: 15%]

A pontuação da proposta neste subfator será obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PS = (NP - 246) / (600 - 246)$$

Em que:

PS corresponde à pontuação no subfator em causa;

NP corresponde ao número de *spots* televisivos proposto.

Quando seja proposto um número de *spots* televisivos superior a 600, a pontuação da proposta será de 1.

Subfator 2.B – Percentagem de *spots* televisivos em canais *free-to-air* [coeficiente de ponderação: 25%]

A pontuação da proposta neste subfator será obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PS = (PP-60)/(100-60)$$

Em que:

PS corresponde à pontuação no subfator em causa;

PP corresponde à percentagem proposta.

Subfator 2.C – Percentagem de *spots* televisivos em *prime time* [coeficiente de ponderação: 40%]

A pontuação da proposta neste subfator será obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PS = (PP-35)/(100-35)$$

Em que:

PS corresponde à pontuação no subfator em causa;

PP corresponde à percentagem proposta.

Subfator 2.D – Número de *spots* em rádios nacionais [coeficiente de ponderação: 20%]

A pontuação da proposta neste subfator será obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PS = (NP-2400)/(4000-2400)$$

Em que:

PS corresponde à pontuação no subfator em causa;

NP corresponde ao número proposto.

Quando seja proposto um número de *spots* em rádios nacionais superior a 4000, a pontuação da proposta será de 1.

Anexo IV – Modelo de declaração
[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º]

Declaração de compromisso

[nome], na qualidade de representante legal de [se pessoa coletiva, firma, número de identificação fiscal e sede; no caso de agrupamento, identificar todos os membros], concorrente no procedimento com a referência CP/11/2022/ICNF/SEDE, tendente à aquisição de serviços para difusão de publicidade institucional, no âmbito da campanha de sensibilização para a redução dos incêndios rurais, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não foi objeto da aplicação das sanções a que se referem os artigos 460.º e 464.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), ou que, tendo sido, o período de proibição nelas determinado foi, à data da apresentação da proposta, já transcorrido;
- b) Não se encontra em nenhuma das situações a que se refere a alínea l) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, não tendo, nos três anos anteriores à data da entrega da proposta ao referido procedimento, acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público, tendo tal facto conduzido:
 - i) À resolução do contrato em causa por incumprimento;
 - ii) Ao pagamento de indemnização resultante desse incumprimento; e ou
 - iii) À aplicação de sanções contratuais cujos montantes tenham atingido, consoante o caso, os limites previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local, Data]

[Assinatura]

Anexo V – Modelos relativos à prestação da caução

A – Modelo de garantia bancária/seguro-caução

Em nome e a pedido de (1) [..], vem o (2) [..], pelo presente documento, prestar a favor do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., com sede na Avenida da República, 16 a 16B, 1050-191 Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 510342647, (3) [..] até ao montante de (4) [..], destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito da celebração e execução do contrato tendente à aquisição de (5) [..], nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a (6) [..] do valor total da adjudicação do contrato acima mencionado, funcionando como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado pelo beneficiário por simples notificação escrita.

Fica assente que o garante não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor ao beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pelo beneficiário, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios devidos.

[Local], [Data]

[Assinaturas]

-
- (1) – Identificação completa do(s) adjudicatário(s);
 - (2) – Identificação completa do garante;
 - (3) – Escolher consoante o caso: “uma garantia bancária” ou “um seguro-caução”;
 - (4) – Valor em algarismos e por extenso;
 - (5) – Identificar o objeto do contrato;
 - (6) – Identificar a percentagem.

B – Modelo de Guia de Depósito

Vai (1) [..], depositar na (2) [..] da (3) [..] a quantia de [..], (4) [..], destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo depositante no âmbito da celebração e execução do contrato tendente à aquisição de (5) [..]. Este depósito fica à ordem do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., com sede na Avenida da República, 16 a 16B, 1050-191 Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 510342647, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [Data]

[Assinaturas]

-
- (1) - Identificação do(s) adjudicatário(s);

- (2) – Sede, filial, agência, etc.;
- (3) – Instituição;
- (4) – Escolher: “em dinheiro” ou “representada por títulos”;
- (5) – Identificar o objeto do contrato.